

## Padrões de consumo nos anos 1990 (Evidências preliminares)

---

*Ricardo Carneiro*

### **Introdução**

A observação das condições de vida da população brasileira, quando feita com base na vida cotidiana, sugere a ocorrência de modificações significativas nos padrões de consumo. Vários são os exemplos que poderiam ser utilizados para caracterizar essas mudanças, todos eles levando a concluir pela ampliação e consolidação do mercado de massas no país, apesar dos elevados níveis de desigualdade de renda pessoal e familiar que caracterizam a sociedade brasileira.

Este trabalho pretende, de maneira preliminar, estabelecer com base na comparação entre as Pesquisas de Orçamento Familiar do IBGE de 1986 e 1997 as principais mudanças ocorridas nos padrões de consumo das famílias brasileiras, abordando a questão tanto de uma ótica geral quanto das principais classes de renda familiar.

Dos vários fatores capazes de influenciar os padrões de consumo daremos destaque às intensas modificações ocorridas nos preços relativos durante a década de 1990. Sob o impacto da abertura comercial e das privatizações, houve substancial mudança de preços relativos na economia brasileira. A abertura, além de ampliar a oferta de bens importados a preços menores, também contribuiu para reduzir as margens de lucro das empresas baseadas no país, diminuindo os preços de uma variada gama de bens industrializados. As privatizações, sobretudo aquelas referentes aos serviços de utilidade pública – telefone, energia, gás, estradas – encareceram significativamente o preço desses serviços, ao torná-los objeto de exploração mercantil e de obtenção de lucro.

Essa modificação de preços relativos influenciou decisivamente as mudanças nos padrões de consumo em razão de seu caráter permanente ou estrutural, diferentemente de outras mudanças, como a valorização cambial ou o intenso e breve ciclo de expansão imediatamente após o plano Real. Para discutir essas hipóteses e caracterizar as mudanças, o texto está estruturado em duas partes distintas: na primeira discutem-se as principais mudanças de preços relativos para o período pós-Real e, na segunda, as principais modificações no consumo por classe de renda familiar.

### **1. As mudanças de preços relativos**

O sentido geral das mudanças de preços relativos mostradas no Gráfico 1 é o barateamento dos bens industrializados e o encarecimento (sempre relativos) dos serviços, tanto públicos quanto privados. O gráfico está construído de maneira a destacar as variações de preços que se situaram abaixo ou acima da variação do IPCA médio, nos sete

anos que vão de julho de 1994 a julho de 2001. No primeiro caso, aparecem com destaque todos os itens do grupo Alimentação, os Artigos de residência (sobressaindo-se os eletroeletrônicos) e todos os itens do grupo Vestuário. Observa-se também o barateamento de itens isolados de bens industrializados em outros grupos, tais como Veículo Próprio em Transportes, Cuidados Pessoais no item Saúde e Cuidados Pessoais, e Recreação, fumo e filmes no grupo Serviços Pessoais.

Como já observado acima, essa queda de preços relativos dos bens industrializados tem natureza estrutural e, portanto, permanente. Ou seja, além de estar associada ao aumento do coeficiente importado – com suas implicações sobre composição da oferta e margens de lucro – reflete a incorporação de transformações tecnológicas e a redução dos custos daí derivada. A esse respeito, cabe considerar que a valorização do câmbio observada entre julho de 1994 e dezembro de 1998 teve papel secundário. Isto fica evidenciado pelos dados do Gráfico 2, no qual são mostradas as variações de preços relativos após a desvalorização cambial, ou seja, entre janeiro de 1999 e julho de 2001. Dos bens que haviam apresentado queda de preços no período integral, apenas Móveis e Utensílios e Veículo Próprio têm seus preços relativos acrescidos. A queda por sua vez é permanente para todos os demais itens e grupos.

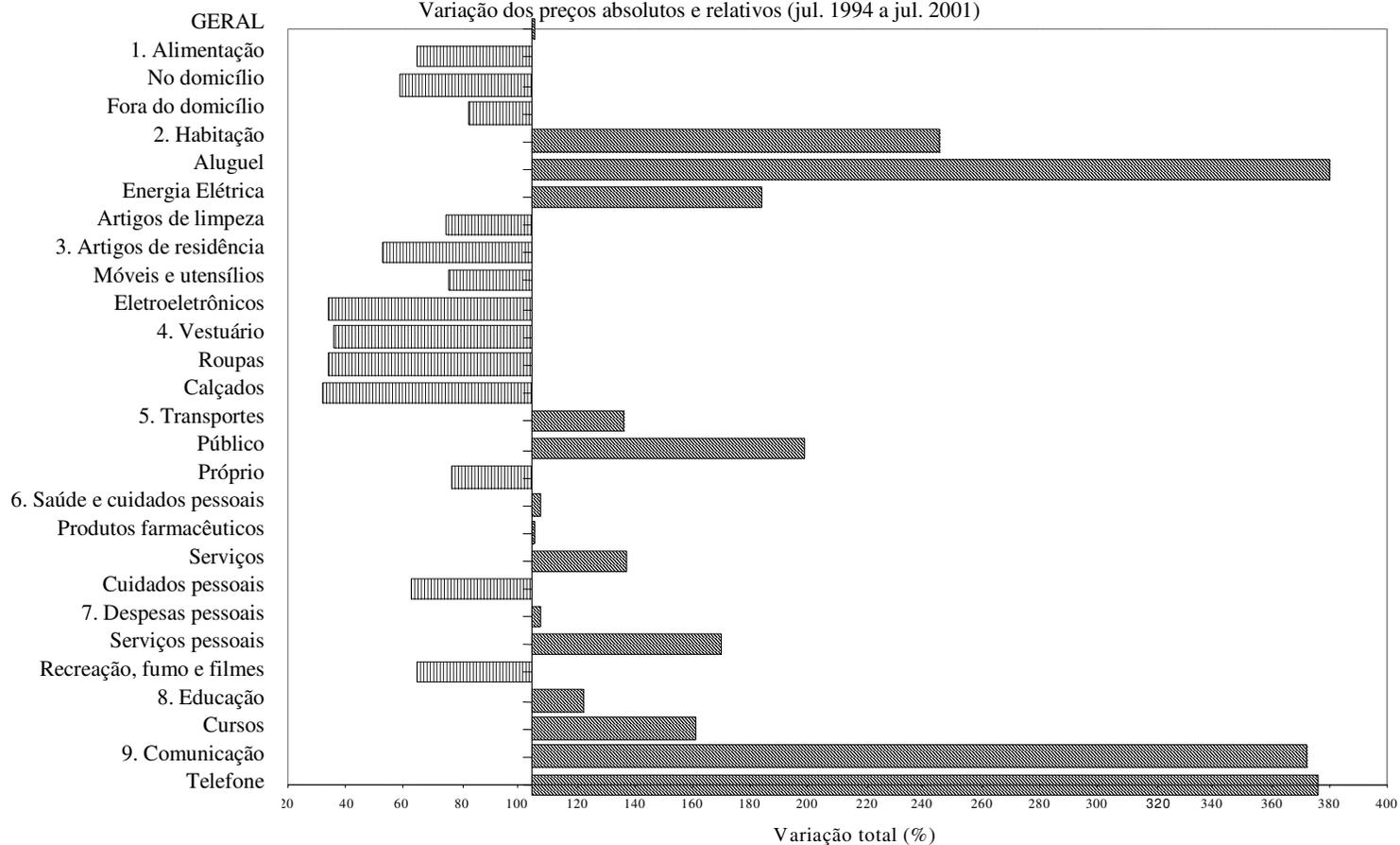
No caso dos serviços, tanto os públicos como os privados, a tendência é diametralmente oposta à observada para os bens industrializados, vale dizer, ocorre após o plano Real um encarecimento generalizado dos mesmos. Aqui cabe diferenciar a evolução dos preços dos serviços privados e dos públicos. No primeiro caso, tudo indica que há um forte componente conjuntural na determinação da evolução dos preços. Assim, o intenso *boom* de crescimento após o Plano Real permitiu o aumento substancial de preços de serviços privados como Educação, Saúde, Serviços Pessoais e Aluguéis (Gráfico 1). Note-se, porém que esta tendência não permanece após janeiro de 1999, certamente por conta do baixo crescimento econômico observado desde então. Assim todos os itens assinalados anteriormente têm queda de preços relativos. Isto não significa, todavia que as mudanças, isto é, o encarecimento dos serviços pessoais, tenham sido integralmente revertidas, devido à magnitude das variações de preços observadas no primeiro período.

O outro grupo de serviços cujos preços evoluem acima da média, denotando seu encarecimento, é aquele relativo aos serviços públicos, sobretudo Energia elétrica, Telefone e Transporte público. A associação neste caso com as privatizações e o aumento de tarifas é inequívoca. Para esse conjunto de serviços, a desvalorização cambial e o baixo dinamismo da economia não alteram a performance dos preços, vale dizer, eles continuam crescendo acima da média. Aliás, uma parte desses preços – energia elétrica e telefonia – está indexada ao IGP-M, cuja variação após 1999 refletiu mais de perto a desvalorização do câmbio, situando-se bem acima da variação do IPCA.

Em resumo, o que se pode concluir dos dados é uma mudança significativa dos preços relativos durante a década, com o encarecimento dos serviços, sobretudo os públicos e um barateamento dos bens industrializados. Os ciclos econômicos e a taxa de câmbio alteram apenas marginalmente estas tendências.

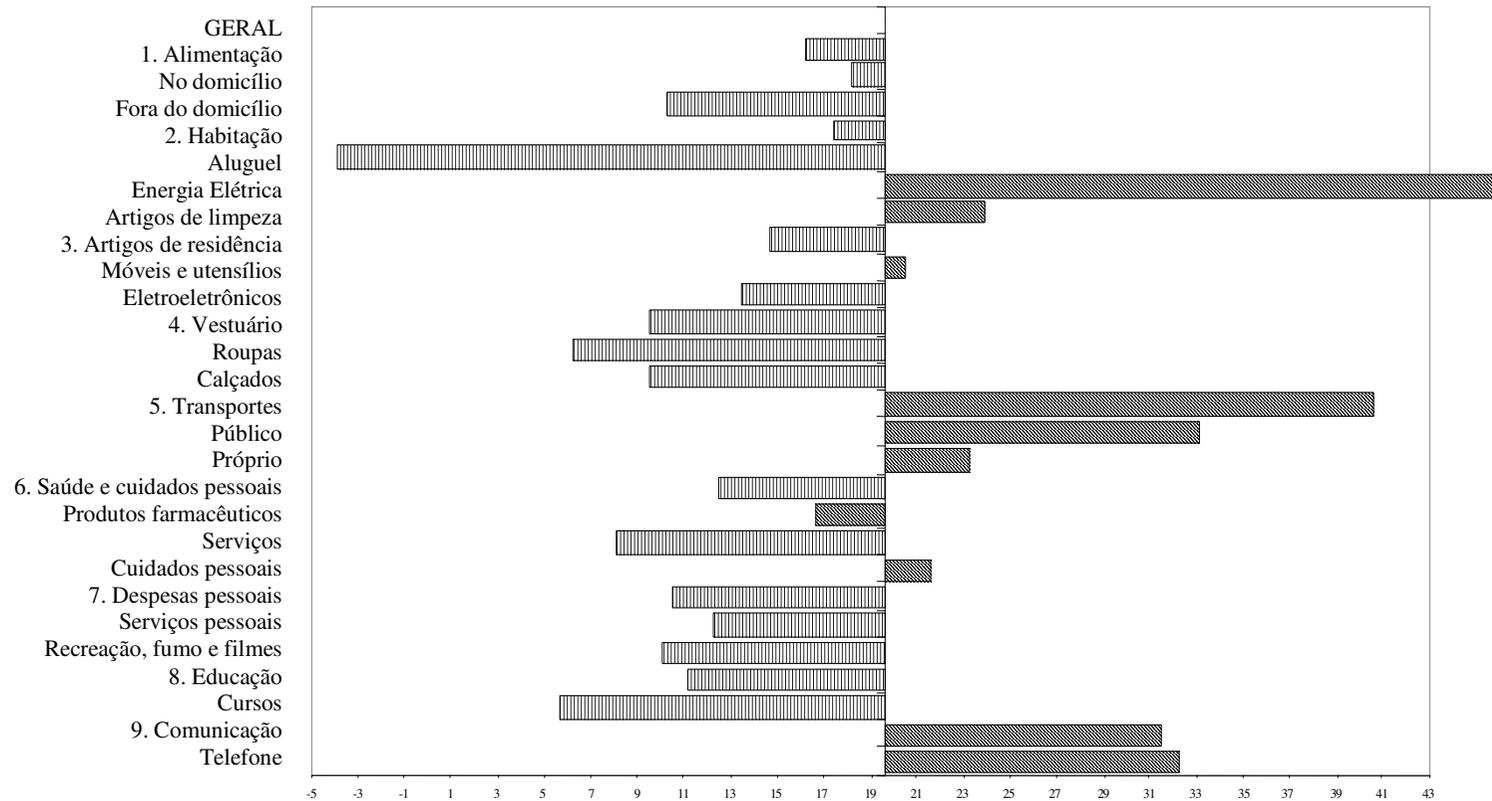
Gráfico 1

Varição dos preços absolutos e relativos (jul. 1994 a jul. 2001)



Fonte: FIBGE. POFs <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/>>.

Gráfico 2  
 Variação dos preços absolutos e relativos (jan. 1999 a jul. 2001)



Fonte: FIBGE. POFs <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/>>.

## 2. Mudanças nos padrões de consumo por classe de renda

Uma avaliação das principais modificações no padrão de consumo das famílias, visto pelos dados médios relativos à família média ou representativa, cuja renda se situa entre 06 e 08 salários mínimos, no período 1987/96, indica que estas mudanças guardam uma estreita relação com aquelas referentes aos preços relativos analisadas anteriormente. Tomando-se os grandes itens de despesa (Tabela 1), observa-se uma queda significativa na participação dos gastos daqueles itens com grande peso dos bens industrializados (Alimentação, Artigos de Residência, e Vestuário) e um aumento nos grupos cuja participação dos serviços é elevada (Habitação, Transporte, Saúde e Educação).

O exame em detalhe das despesas confirma o padrão observado anteriormente, ou seja, na maioria dos grupos, os gastos nos sub-itens relativos aos bens industrializados decrescem, enquanto aumentam aqueles relativos aos serviços. É o caso, por exemplo, de Aluguel e Artigos de Limpeza, no grupo Habitação, ou de Recreação e Cultura e Serviços Pessoais, no grupo Despesas Pessoais, ou ainda Veículo Próprio contra Transporte Urbano. Há algumas poucas exceções a esse padrão e que dizem respeito à manutenção ou ampliação das despesas com bens industrializados de grande elasticidade-renda, como é o caso dos eletroeletrônicos, artigos de higiene e remédios.

Tabela 1  
Distribuição e dispersão dos gastos em consumo das famílias – 1987/96

Item	Despesas das famílias (%)		Coef. de variação	
	1987	1996	1987	1996
Despesas de consumo	81,9	80,4	0,11	<b>0,12</b>
1. Alimentação	26,6	23,0	0,36	0,33
2. Habitação	10,3	<b>16,6</b>	0,18	0,07
2.1. Aluguel	3,5	<b>5,4</b>	0,28	0,21
2.2. Artigos de limpeza	0,9	0,8	0,41	0,39
3. Artigos de residência	6,9	6,1	0,08	<b>0,21</b>
3.1. Mobiliários e artigos do lar	2,9	2,1	0,07	<b>0,16</b>
3.2. Eletrodomésticos, equipamentos do lar e som e tv	2,7	<b>3,5</b>	0,17	<b>0,27</b>
3.3. Consertos e manutenção de artigos do lar	1,3	0,5	0,21	0,21
4. Vestuário	10,0	5,3	0,13	<b>0,13</b>
5. Transporte	9,8	<b>10,1</b>	0,19	0,08
5.1. Urbano	3,7	<b>5,0</b>	0,44	0,43
5.2. Veículo próprio	4,5	3,3	0,61	0,46
6. Saúde e cuidados pessoais	7,1	<b>8,8</b>	0,08	<b>0,14</b>
6.1. Higiene e cuidados pessoais	1,7	<b>1,7</b>	0,20	<b>0,23</b>
6.2. Assistência a saúde	5,4	<b>7,1</b>	0,09	<b>0,14</b>
6.2.1. Remédios	2,4	<b>2,8</b>	0,39	<b>0,40</b>
7. Despesas pessoais	5,7	5,0	0,08	<b>0,09</b>
7.1. Recreação e cultura	2,7	2,2	0,26	0,26
7.2. Serviços pessoais	1,2	<b>1,2</b>	0,05	<b>0,09</b>
8. Educação	2,3	<b>2,7</b>	0,26	<b>0,43</b>
8.1. Cursos	1,3	<b>2,0</b>	0,38	<b>0,53</b>
9. Despesas diversas	3,2	3,0	0,32	0,21
10. Outras despesas correntes	7,2	6,6	0,50	<b>0,55</b>

Fonte: FIBGE. POFs <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/>>.

Uma conclusão preliminar é a de que as mudanças nos padrões de consumo, quando observadas da ótica da família média ou representativa, seguiram um padrão esperado, ou seja, substituíram-se gastos em bens industrializados por gastos em serviços. Uma questão a ser examinada em adição é se esta tendência abarcou as várias faixas de renda, vale dizer, se teve caráter geral ou concentrou-se em determinadas faixas. A pergunta é relevante em razão da extrema desigualdade na distribuição de renda no Brasil.

Para responder a questão, consideramos não só o comportamento dos gastos, mas a dispersão dessa variação entre as várias classes de renda. Assim, classificamos os grupos e subgrupos de despesas em quatro categorias distintas. Há grupos em que houve uma forte convergência nos gastos entre as várias faixas de renda, caracterizada por uma redução ou manutenção nas despesas com o grupo na classe de renda média, acompanhada por uma redução na dispersão dos gastos entre as várias classes de renda. No extremo oposto estão os grupos nos quais houve um crescimento dos gastos e ampliação da dispersão, caracterizando um comportamento fortemente divergente. Há ainda os grupos intermediários nos quais combinaram-se queda das despesas com maior dispersão, sugerindo divergência, ou aumento das despesas com menor dispersão, indicando convergência.

Observou-se forte convergência nos grupos Alimentação, Vestuário e nos subgrupos Artigos de Limpeza, Veículo Próprio e Recreação e Cultura, compostos predominantemente por bens industrializados. Houve também convergência, acompanhada de aumento dos gastos, em Habitação e no subgrupo Transporte Urbano, nos quais a presença de serviços públicos é decisiva. No extremo oposto estão os grupos Saúde, Educação e os subgrupos Serviços pessoais, Eletroeletrônicos e Remédios – vale dizer, serviços pessoais e bens industrializados de alta elasticidade-renda. Esse padrão é confirmado, embora atenuado por queda nos gastos, nos subgrupos Artigos de residência e Mobiliário, nos quais a diferenciação do consumo é significativa.

As evidências de alteração nos padrões de consumo no Brasil em direção à redução do peso dos bens industrializados e à ampliação dos serviços devem ser matizadas por algumas mudanças que certamente refletem a desigualdade na distribuição da renda e as características de certos bens. Assim, foi possível constatar ampliação dos gastos e diferenciação do consumo em Serviços Pessoais e bens de alta elasticidade-renda, ocorrendo o oposto, ou seja, redução dos gastos e homogeneização do consumo, em bens industrializados básicos e nos Serviços Públicos.

As conclusões anteriores são reforçadas pelas informações relativas aos gastos com cada grupo segundo a classe de renda. No caso da Alimentação, segmento no qual se observou queda de gastos e redução da dispersão, constata-se adicionalmente que esta diminuição na dispersão só não foi maior por conta de um comportamento inusitado das despesas das classes de mais alta renda.

Tabela 2  
Alimentação: gastos por classe de renda (%)

	1987	1996	Var (%)	
Média	26,6	22,9	-13,9	
Até 2	40,23	32,79	-18,5	
Mais de 2 a 3	37,99	33,39	<b>-12,1</b>	
Mais de 3 a 5	32,68	29,48	<b>-9,8</b>	
Mais de 5 a 6	32,07	26,07	-18,7	
Alimentação	Mais de 6 a 8	28,35	24,34	-14,1
Mais de 8 a 10	25,81	21,86	-15,3	
Mais de 10 a 15	23,38	18,9	-19,2	
Mais de 15 a 20	19,01	16,2	-14,8	
Mais de 20 a 30	15,52	16,23	<b>4,6</b>	
Mais de 30	10,96	10,26	<b>-6,4</b>	

Fonte: FIBGE. POFs <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/>>.

O aumento das despesas com Alimentação na classe de 20 a 30 salários mínimos e sua estabilidade no segmento superior, de mais de 30, expressa um duplo fenômeno: a ampliação com despesas fora do domicílio (restaurantes), certamente muito influenciada pelo encarecimento dos serviços em geral, e a incorporação de bens importados de alto valor no consumo das classes de alta renda. Já nos gastos com Vestuário ocorre o que seria esperado, uma redução de intensidade crescente nos gastos à medida que aumenta a renda (Tabela 3).

Tabela 3  
Vestuário: gastos por classe de renda (%)

	1987	1996	Variação (%)	
Média	10,0	5,3	-47,0	
Até 2	7,8	5,3	<b>-32,8</b>	
Mais de 2 a 3	9,6	5,5	<b>-42,8</b>	
Mais de 3 a 5	10,4	5,7	<b>-45,1</b>	
Mais de 5 a 6	10,3	5,8	<b>-43,5</b>	
Vestuário	Mais de 6 a 8	11,0	5,7	-48,5
Mais de 8 a 10	11,5	5,7	-50,3	
Mais de 10 a 15	11,4	5,7	-50,2	
Mais de 15 a 20	10,4	5,3	-49,0	
Mais de 20 a 30	9,0	4,3	-52,7	
Mais de 30	8,3	3,8	-53,7	

Fonte: FIBGE. POFs <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/>>.

No segmento de Habitação, no qual, como vimos, ampliou-se a parcela da renda despendida, houve também uma convergência nos gastos entre as várias classes. Isto ocorreu porque a ampliação dos gastos perpassou todas as faixas de rendimentos, porém com maior intensidade nos estratos mais elevados (Tabela 4). A explicação para tanto reside no aumento dos Aluguéis, mais que proporcional para as classes mais altas, mas também no encarecimento dos serviços públicos como Energia, Telefone, Água e Esgoto, itens de despesa que têm maior peso nas camadas de maior rendimento.

Tabela 4  
Habitação: gastos por classe de renda (%)

	1987	1996	Var. (%)
Média	10,3	16,6	61,2
Até 2	13,5	18,6	<b>38,1</b>
Mais de 2 a 3	12,3	17,1	<b>38,8</b>
Mais de 3 a 5	11,5	16,9	<b>46,6</b>
Mais de 5 a 6	10,7	16,9	<b>57,8</b>
Habitação Mais de 6 a 8	10,8	16,5	<b>51,8</b>
Mais de 8 a 10	10,3	16,8	<b>63,2</b>
Mais de 10 a 15	9,8	16,8	<b>71,0</b>
Mais de 15 a 20	8,5	17,0	<b>100,8</b>
Mais de 20 a 30	7,8	15,2	<b>93,7</b>
Mais de 30	8,2	14,1	<b>72,2</b>

Fonte: FIBGE. POFs <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/>>.

Tomemos agora os Grupos Saúde e Educação, nos quais houve tanto uma ampliação dos gastos quanto uma ampliação da dispersão entre as várias camadas de renda. No caso de Saúde e cuidados pessoais houve, surpreendentemente, um crescimento maior dos gastos nas camadas mais pobres da população. Como as despesas com Higiene e cuidados pessoais permaneceram constantes, esse padrão deveu-se exclusivamente aos gastos com Assistência a saúde. Os dados desagregados mostram que o maior responsável por esse comportamento foi a inclusão das despesas com seguro saúde nas camadas de baixa renda, o que de certo modo atesta a insuficiência do serviço de público de saúde.

Tabela 5  
Saúde e cuidados pessoais: gastos por classe de renda (%)

	1987	1996	Variação (%)
Média	7,1	8,8	23,2
Até 2	8,0	11,5	<b>43,8</b>
Mais de 2 a 3	7,6	9,2	21,1
Mais de 3 a 5	7,2	8,7	21,0
Saúde Mais de 5 a 6	6,6	8,7	<b>32,8</b>
Mais de 6 a 8	6,9	8,5	22,9
Mais de 8 a 10	7,3	8,8	20,0
Mais de 10 a 15	7,2	8,4	17,4
Mais de 15 a 20	7,4	8,9	20,6
Mais de 20 a 30	7,0	8,2	18,1
Mais de 30	6,1	6,7	10,4

Fonte: FIBGE. POFs <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/>>.

Contrastando com a Saúde, os gastos com Educação mostram um padrão esperado, vale dizer, uma ampliação nas camadas de altas e médias rendas e um declínio nos estratos mais pobres. Dados mais detalhados das POFs mostram que este comportamento diferenciado ocorre no principal item de despesa, relativo aos cursos regulares de 1º, 2º e 3º graus. Já nos demais Cursos os gastos aumentam em todas as categorias de despesa.

Tabela 6  
Educação: gastos por classe de renda

	1987	1996	Varição (%)
Média	2,3	2,7	16,4
Até 2	1,4	1,4	-4,2
Mais de 2 a 3	1,7	1,5	-11,2
Mais de 3 a 5	1,8	1,8	-3,8
Mais de 5 a 6	2,0	2,3	11,9
Educação Mais de 6 a 8	2,2	2,1	-6,8
Mais de 8 a 10	2,5	2,3	-11,4
Mais de 10 a 15	2,5	3,2	<b>26,6</b>
Mais de 15 a 20	2,8	4,1	<b>46,0</b>
Mais de 20 a 30	3,4	4,6	<b>32,6</b>
Mais de 30	2,8	4,0	<b>42,6</b>

Fonte: FIBGE. POFs <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/>>.

Ainda no âmbito dos grupos nos quais houve ampliação na dispersão dos gastos entre as classes de renda, apesar da redução das despesas com o grupo, temos o item Artigos de residência. A peculiaridade nesse caso deve-se ao aumento dos gastos da camada de mais baixa renda. Isto quer dizer que o barateamento desses bens, sobretudo os eletroeletrônicos, fez cair as despesas nas várias camadas, exceto na menos favorecida, que certamente passou a incorporá-los ao seu consumo.

Tabela 7  
Artigos de residência: gastos por classe de renda (%)

	1986	1997	Varição (%)
Média	6,9	6,1	-11,59
Até 2	6,28	7,05	<b>12,26</b>
Mais de 2 a 3	7,24	6,61	<b>-8,70</b>
Mais de 3 a 5	7,6	7,29	<b>-4,08</b>
Mais de 5 a 6	7,58	7,88	<b>3,96</b>
Artigos de residência Mais de 6 a 8	7,08	6,51	<b>-8,05</b>
Mais de 8 a 10	6,26	5,82	<b>-7,03</b>
Mais de 10 a 15	7,26	5,88	-19,01
Mais de 15 a 20	6,27	5,21	-16,91
Mais de 20 a 30	6,72	4,77	-29,02
Mais de 30	6,28	3,7	-41,08

Fonte: FIBGE. POFs <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/>>.

## Conclusões

À luz dos dados examinados, cabe tecer algumas considerações finais acerca das principais mudanças nos padrões de consumo. A rigor, não há nada de excepcional em uma transformação marcada pelo aumento do peso dos gastos com serviços e queda dos industrializados nos padrões de consumo das famílias. Mais que isto, a queda de participação e a redução da dispersão das despesas com alguns itens industrializados

indicam uma certa convergência de padrões de consumo, apesar das desigualdades de renda e de diferenciação de produtos.

Tudo indica, portanto, que as modificações ocorridas na década de 1990 se deram no sentido de reforçar um mercado de massas no Brasil. Mas houve também fatores impeditivos dessa tendência, presentes numa elevação inusitada das despesas com serviços públicos (transporte, energia, telefonia, água e esgoto) e serviços essenciais, como Educação e Saúde. Ou seja, o encarecimento dos serviços públicos e a inadequação do serviço de saúde subtraíram renda dos orçamentos das várias camadas de renda, inclusive das mais pobres. Caso isso não tivesse acontecido, certamente se teria observado uma maior convergência no consumo de bens industrializados.

Ricardo Carneiro é professor do  
Instituto de Economia da Unicamp.